

Mapeamento de conceitos sobre comunidades de prática na literatura da Ciência da Informação e áreas correlatas

Scarlath Aline Medeiros Duarte
scarlath.duarte@ufrn.br

Raimunda Fernanda Santos
raimunda.fernanda@ufrn.br

Recebido em: 07/01/26

Aceito em: 21/05/26

Resumo

Este artigo objetiva mapear os conceitos de comunidades de prática na literatura nacional e internacional, utilizando uma revisão bibliográfica sistemática e a elaboração de um mapa conceitual como ferramenta de síntese. A metodologia empregada consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática, baseada no modelo de Levy e Ellis (2006), utilizando as bases de dados Brapci e Google Scholar, com os descritores "Comunidades de Prática" e "Gestão do Conhecimento". Após o procedimento de coleta e análise das produções científicas recuperadas, foram selecionados sete artigos publicados entre 2001 e 2023 (dois internacionais e cinco nacionais) e cinco livros internacionais, datados de 1991 a 2010. A análise de conteúdo identificou características centrais das CoPs, como domínio, comunidade e prática, e foi complementada pela elaboração de um mapa conceitual com o software CmapTools, guiada pela Teoria do Conceito de Dahlberg (1978). Os principais resultados indicam que as CoPs são espaços dinâmicos de aprendizado colaborativo, estruturados pelos "3 Pilares" (domínio, comunidade e prática), promovendo benefícios como aprendizado contínuo, gestão do conhecimento, inovação e melhoria de processos. Um mapa conceitual foi elaborado para sintetizar os achados, servindo como ferramenta de organização do conhecimento. As considerações finais reforçam ainda a relevância das CoPs como contextos que contribuem para a organização do conhecimento em sistemas colaborativos, com convergências nos "3 Pilares" e no aprendizado situado, mas apontam diferenças culturais e metodológicas entre as literaturas.

Palavras Chave: comunidades de prática; Ciência da Informação; representação do conhecimento; mapa conceitual.

Mapping concepts of communities of practice in the literature of Information Science and related areas

Abstract

This article aims to map the concepts of communities of practice in national and international literature, using a systematic literature review and the creation of a concept map as a synthesis tool. The methodology employed consisted of a systematic literature review, based on the model by Levy and

Ellis (2006), using the Brapci and Google Scholar databases with the descriptors "Communities of Practice" and "Knowledge Management." After collecting and analyzing the retrieved scientific works, seven articles published between 2001 and 2023 (two international and five national) and five international books dated from 1991 to 2010 were selected. The content analysis identified core characteristics of CoPs, such as domain, community, and practice, and was complemented by the development of a conceptual map using the CmapTools software, guided by Dahlberg's (1978) Theory of Concept. The main results indicate that CoPs are dynamic spaces of collaborative learning, structured by the "3 Pillars" (domain, community, and practice), promoting benefits such as continuous learning, knowledge management, innovation, and process improvement. A conceptual map was developed to synthesize the findings, serving as a tool for knowledge organization. The final considerations further reinforce the relevance of CoPs as contexts that contribute to knowledge organization in collaborative systems, with convergences in the "3 Pillars" and situated learning, but also highlight cultural and methodological differences across the literature.

Keywords: communities of practice; Information Science; knowledge representation; concept map.

1 INTRODUÇÃO

As Comunidades de Prática (CoPs) são estruturas colaborativas que emergem como espaços privilegiados para o compartilhamento, a construção e a disseminação de conhecimento em diferentes contextos sociais, profissionais e acadêmicos. São definidas como grupos de indivíduos que compartilham interesses, paixões ou objetivos comuns e que, por meio de interações regulares e colaborativas, desenvolvem práticas, saberes e identidades coletivas (Wenger, 1998).

Essas comunidades se caracterizam por três elementos fundamentais: o domínio, que representa o interesse ou propósito compartilhado; a comunidade, formada pelas relações sociais e interações entre os membros; e a prática, que engloba o repertório de conhecimentos, habilidades e experiências construídas coletivamente (Snyder; Wenger; Sousa Briggs, 2003).

Presentes em diversos âmbitos, como ambientes domésticos, laborais, educacionais e até mesmo em hobbies, as CoPs promovem o aprendizado situado, no qual o conhecimento é construído por meio da participação ativa em contextos reais, integrando saberes explícitos e tácitos (Lave; Wenger, 1991).

Na Ciência da Informação, as CoPs são fundamentais para a gestão do conhecimento, pois, como destacam Nonaka e Takeuchi (1995, p. 59), "facilitam a criação, compartilhamento e aplicação de conhecimento por meio de interações colaborativas entre membros que compartilham interesses comuns", especialmente em sistemas colaborativos que demandam a integração de diferentes perspectivas e práticas.

Apesar de sua relevância, a conceituação de CoPs apresenta variações significativas entre disciplinas e contextos culturais, o que levanta questionamentos sobre como esses conceitos são relacionados e incorporados na produção científica da Ciência da Informação e campos afins. A problemática deste estudo reside em compreender: *Como as comunidades de prática são conceituadas na literatura da Ciência da Informação e áreas correlatas?*

Para responder a essa questão, o objetivo desta pesquisa é mapear os conceitos de comunidades de prática na literatura nacional e internacional, utilizando uma revisão bibliográfica sistemática e a elaboração de um mapa conceitual como ferramenta de síntese.

A relevância desta pesquisa justifica-se por sua contribuição tanto para a literatura sobre comunidades de prática quanto para a área da Ciência da Informação. No âmbito das CoPs, o estudo preenche uma lacuna ao sistematizar definições e aplicações em diferentes contextos, destacando convergências e divergências conceituais que podem orientar futuras investigações e práticas colaborativas.

Para a Ciência da Informação, a pesquisa fortalece a compreensão das CoPs através de ferramentas de organização do conhecimento como os mapas conceituais, oferecendo uma análise estruturada que conecta conceitos como aprendizado situado, colaboração e representação do conhecimento.

2 COMUNIDADES DE PRÁTICA

Explorando a origem teórica das comunidades de prática (CoPs) como estruturas que favorecem a construção coletiva de conhecimento, Fernandes *et al.* (2016) abordam que as CoPs são descritas como um conceito que emerge da busca por uma compreensão social do processo de aprendizagem humana, com fundamentos na antropologia e na teoria social. Ou seja, a comunidade de prática nasce de uma necessidade social, uma vez que reunimos pessoas com objetivos comuns, em um mesmo local para trocar conhecimentos.

O termo "Comunidade de Prática" foi inicialmente proposto por Jean Lave e Etienne Wenger, por volta da década de 90, no âmbito de seus estudos sobre teorias de aprendizagem, para descrever um modelo em que o conhecimento é construído coletivamente por meio da participação ativa em grupos com interesses comuns.

Segundo Wenger (1998), o aprendizado vai além da simples transmissão de informações entre um mestre e seu aprendiz, envolvendo interações sociais significativas que contribuem para a construção conjunta de saberes, práticas e identidades.

Nesse sentido, as CoPs representam ambientes dinâmicos em que os participantes aprendem uns com os outros, por meio da colaboração, da troca de experiências e do engajamento em atividades compartilhadas.

Essas comunidades estão presentes em diversos setores, como afirma Wenger (1998, p. 6), como em casa, no trabalho, na escola ou em nossos *hobbies*, participando de várias delas simultaneamente. No âmbito doméstico, as interações contínuas fortalecem laços afetivos e consolidam rotinas, moldando identidades individuais.

No ambiente laboral, relações formais coexistem com momentos informais, como pausas para o café, que promovem a troca de conhecimentos e aprimoram o desempenho profissional. Já no contexto escolar, crianças e adolescentes desenvolvem competências colaborativas ao interagir com pares e professores. No que tange ao âmbito social, interações comunitárias e recreativas fomentam redes de apoio, fortalecem a coesão social e facilitam a troca de experiências culturais, enriquecendo o repertório coletivo (Quadro 1).

Assim, as CoPs configuram-se como espaços de interação que favorecem o compartilhamento de saberes, influenciando as formas de agir e compreender o entorno.

Quadro 1 – Contextos de Interação Social e seus Efeitos.

Contexto	Tipo de Interação	Efeitos/Resultados
Doméstico	Interações contínuas e afetivas	Fortalecimento de laços afetivos; consolidação de rotinas; formação da identidade.
Laboral	Relações formais e momentos informais (ex.: café)	Troca de conhecimentos; fortalecimento das relações; aprimoramento do desempenho.
Escolar	Interações com pares e professores	Desenvolvimento de competências colaborativas; construção de aprendizagens sociais.
Social	Interações comunitárias e recreativas	Fomento de redes de apoio; fortalecimento da coesão social e troca de experiências culturais.

Fonte: Elaboração própria

Aprofundando a análise da formação de práticas coletivas, Wenger (1998) destaca que, com o tempo, a aprendizagem coletiva nessas comunidades resulta em práticas que refletem tanto a busca por objetivos compartilhados quanto às relações sociais que as sustentam. Essas práticas, conforme o autor, tornam-se uma característica distintiva de comunidades formadas pela busca contínua de um empreendimento comum, justificando sua denominação como comunidades de prática.

Investigando os processos que fundamentam as CoPs, pode-se dizer que essas comunidades se fortalecem quando pessoas se unem com o objetivo de compartilhar preocupações, aspirações, desejos e paixões relacionados a uma atividade ou propósito comum. Por meio dessas interações contínuas, os participantes não apenas refinam suas competências e otimizam a execução de suas práticas, mas também fortalecem os vínculos sociais e promovem o desenvolvimento coletivo, contribuindo para a evolução de suas capacidades e para a construção de uma identidade compartilhada no meio da comunidade.

Ainda seguindo esse raciocínio, Fernandes *et al.* (2016) reforçam que as CoPs são formadas por indivíduos que se reúnem espontaneamente em torno de um entusiasmo comum, mantendo interações frequentes para compartilhar saberes e garantir a continuidade do grupo.

Essas comunidades são definidas por três elementos centrais: a realização coletiva de objetivos, a participação ativa entre os membros e a construção de um repertório comum de conhecimentos, práticas e significados (Wenger, 2010). Terra (2005) enfatiza que o vínculo entre os participantes é sustentado pelo desejo de aprender e crescer, dinamizando a colaboração.

A natureza do conhecimento produzido nas CoPs, segundo Wenger (1998) destaca que a prática engloba tanto o conhecimento explícito quanto o tácito. Isso abrange não apenas o que é expresso por meio de linguagem, ferramentas, documentos, imagens, símbolos, papéis definidos, regulamentos e contratos, que são tornados explícitos para diversos fins, mas também os elementos implícitos, como relações tácitas, pistas sutis, regras não verbalizadas, percepções específicas, entendimentos incorporados e visões de mundo compartilhadas.

Embora muitos desses elementos não sejam articulados, eles são sinais de pertencimento e essenciais para o sucesso das comunidades. Marcolino *et al.* (2017) complementam, destacando que a prática profissional não se limita à aplicação da teoria, sendo marcada por singularidade, complexidade e incerteza. O conhecimento tácito, construído na experiência, é difícil de formalizar, reforçando a relevância das CoPs na aprendizagem prática.

Para Wenger (1998), as comunidades de prática oferecem um ambiente propício para o compartilhamento significativo, no qual o aprendizado ocorre por meio do engajamento mútuo e da participação ativa em atividades comuns. Ele destaca ainda que a forma como percebemos e agimos no mundo está diretamente relacionada ao nosso entendimento coletivo e às nossas interpretações da realidade.

Dessa forma, as CoPs funcionam como espaços privilegiados de construção de sentidos, em que os membros podem desenvolver, negociar e redistribuir conhecimentos de forma colaborativa. Além disso, contribuem para o fortalecimento da cultura organizacional, para a inovação contínua e para o alinhamento entre os objetivos individuais e coletivos dentro das instituições.

Tudo isso vai nos revelando que as interações interpessoais nas Comunidades de Prática (CoPs) criam um ambiente dinâmico que estimula o aprendizado e a construção colaborativa de saberes. Nesse cenário, indivíduos que compartilham objetivos comuns são incentivados a trocar experiências e conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento coletivo.

Esse processo interativo estabelece um espaço de diálogo contínuo, no qual dúvidas são levantadas e esclarecidas, promovendo a consolidação de competências práticas. A singularidade das práticas profissionais, marcadas por sua complexidade e por estarem fortemente ligadas a situações específicas, destaca a importância de um aprendizado que se constrói por meio da participação ativa de quem vive essas experiências no dia a dia.

Dando sequência a pesquisa, Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003), abordam que o

funcionamento de uma Comunidade de Prática (CoP) está sustentado por três elementos fundamentais: o domínio, a comunidade e a prática. O domínio refere-se ao interesse ou tema comum que une os participantes em torno de um propósito coletivo.

A comunidade é formada pelas conexões sociais estabelecidas entre os membros, baseadas na colaboração, na troca de experiências e no aprendizado mútuo. Já a prática diz respeito ao conjunto de saberes, habilidades e experiências que os participantes constroem e compartilham ao longo do tempo, constituindo um repertório comum que dá identidade ao grupo.

Fernandes *et al.* (2016), também destaca que: “As CoPs podem ser grandes ou pequenas, presenciais ou virtuais, locais ou globais, com membros internos ou externos à organização. Seu cunho é informal e intencional, porém algumas organizações as reconhecem formalmente.” Com isso, percebemos que as CoPs podem assumir diversas características, dependendo da necessidade da organização.

Outro ponto a ser observado é o fato de ser considerada informal e intencional, visto que as comunidades de prática não fazem parte do organograma da empresa, surgindo mais por uma questão social do que administrativa.

Isso é percebido em um dos conceitos abordados por Wenger (1998), no qual ele afirma que as comunidades de prática são grupos de indivíduos que comungam do mesmo objetivo, paixão, preocupação por algo que executam e aprendem a fazer melhor à medida que interagem, de forma regular, com outras pessoas.

Wenger (2002, apud Fernandes *et al.*, 2016, p. 2) também aponta que, entre as diversas estruturas existentes dentro das organizações, as Comunidades de Prática se destacam como uma das mais eficazes para lidar com questões relacionadas ao conhecimento. Isso porque permitem que seus membros gerenciem ativamente os saberes de que precisam no dia a dia, ligando diretamente o aprendizado com a prática profissional.

Além disso, essas comunidades rompem barreiras organizacionais e geográficas, criando redes de troca de conhecimento que vão além dos limites formais da instituição. Marcolino *et al.* (2017, p. 2), afirmam que:

[...] para pertencer a uma CoP, o sujeito pode ser um membro total – que são participantes mais antigos e experientes, com posse da economia de significados –, ou um membro periférico – que, normalmente, são iniciantes ou colaboradores. A tensão entre essas formas de pertencer pode facilitar ou dificultar a produção de novos significados para a prática, tornando dinâmico o processo de conhecimento prático.

Com isso, percebemos que as diferentes formas de participação numa Comunidade de Prática (CoP), desde os membros mais experientes até os iniciantes, influenciam a construção coletiva do conhecimento. A interação entre os membros gera tensões produtivas, que alimentam a aprendizagem prática e permitem a evolução contínua das ideias relacionadas à prática profissional. Sendo assim, quanto mais envolvimento entre os sujeitos, mais coeso o grupo será e mais conhecimento será gerado e, conseqüentemente, elevará a produtividade dos funcionários dentro das organizações.

Essa dinâmica de participação, que envolve diferentes graus de envolvimento e papéis complementares, também é evidenciada por Fernandes *et al.* (2016, p. 3), que destacam que as Comunidades de Prática promovem a conexão entre pessoas, considerando diferentes níveis de participação, como grupo central, participantes ativos, ocasionais, periféricos e transacionais, além da possibilidade de transição entre essas categorias ao longo do envolvimento com a comunidade.

Como as Comunidades de Prática são ambientes dinâmicos que promovem o aprendizado por meio de interações sociais e trocas de experiências, estruturadas pelas

dimensões de domínio, comunidade e prática o que favorece a construção de saberes explícitos e tácitos, fortalecendo competências e identidades profissionais.

Tais elementos diferenciam as CoPs de outros agrupamentos, como grupos de interesse e redes sociais, embora existam convergências e divergências que merecem ser analisadas. Comparar esses agrupamentos auxilia no esclarecimento das especificidades das CoPs e sua relevância na organização do conhecimento.

Sendo assim temos que os grupos de interesse reúnem pessoas, as quais possuem afinidades sobre determinado tema, mas não necessariamente desenvolvem práticas coletivas de forma rotineira.

Para Pasquino (2010), um grupo de interesse é uma organização formada por indivíduos que possuem pelo menos uma finalidade em comum, buscando atingir o objetivo para o qual foi constituído.

Ou seja, cumprindo a meta, o grupo pode se desfazer, só retornando às suas atividades quando surgir outra demanda. Diferentemente de movimentos sociais mais permanentes, os grupos de interesse tendem a ter uma atuação pontual, geralmente voltada à influência de políticas públicas, decisões governamentais ou reivindicações específicas. Sua mobilização é, portanto, mais estratégica do que ideológica, e frequentemente depende do contexto político e da viabilidade de alcançar resultados concretos a curto ou médio prazo.

As redes sociais, por sua vez, são ambientes dinâmicos que conectam pessoas, grupos ou organizações que possuem laços sociais, afetivos, profissionais, possibilitando a movimentação cíclica de informações, recursos, apoio e influência. Marteleto (2001) destaca que as redes sociais, especialmente no que diz respeito aos movimentos sociais, caracterizam-se como espaços dinâmicos de circulação de informação e construção coletiva de conhecimento.

Nessas redes, os agentes ocupam posições estratégicas que lhes conferem papel principal na mediação e disseminação de informações, contribuindo para a formação do que a autora denomina “redes de conhecimentos”. Como afirma a própria autora: “no interior dessas redes, na constante tensão entre as diferenças que ela comporta, formam-se ‘redes de conhecimentos’, que alimentam e redefinem constantemente as ações” (Marteleto, 2001, p. 71).

Ainda que os grupos analisados não se configurem formalmente como comunidades de prática (CoPs), observa-se que, à medida que compartilham experiências e conhecimentos de forma contínua, podem dar origem a práticas colaborativas que aproximam essas redes do funcionamento típico das CoPs.

Já Castells (1999, p. 445), descreve as redes sociais como “redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada”.

Diferentemente das CoPs, as redes sociais dão prioridade à conectividade e ao fluxo de informações, unindo pessoas, grupos ou organizações por meio de relações diversificadas, como amizade ou troca de informações, sem a necessidade de um domínio específico ou práticas coletivas.

Por exemplo, plataformas digitais como o LinkedIn facilitam contatos profissionais, mas não garantem a construção de um repertório compartilhado, ou seja, mesmo que a plataforma facilite o contato entre os sujeitos, por meio da troca de mensagens, aumento do *networking*, acompanhamento da trajetória profissional, isso não significa que as pessoas estão criando laços profundos com valores, objetivos ou experiências.

A fronteira se torna evidente quando não há um propósito coletivo claramente definido e quando as redes sociais dão pouca ênfase ao aprendizado situado, já que a finalidade das redes sociais é basicamente se conectar sem criar raízes.

Contudo, a linha é tênue em redes informais dentro de organizações, onde indivíduos centrais, ou “*gatekeepers*”, podem atuar como membros de uma CoP, promovendo trocas de conhecimento que se assemelham às práticas colaborativas. Fernandes *et al.* (2016) destacam

que a intencionalidade e a informalidade das CoPs, que surgem espontaneamente, mas com propósito, as distinguem de estruturas mais fluídas ou formalizadas, como redes sociais ou organogramas institucionais.

Como já mencionado, as distinções entre Comunidades de Prática (CoPs), grupos de interesse e redes sociais são sutis e muitas vezes se sobrepõem, ou seja, a diferença reside no foco que é dado a cada ferramenta. Por exemplo, uma rede social profissional em uma empresa pode se transformar em uma CoP se os membros começarem a desenvolver práticas em torno de um domínio específico, como a resolução de problemas técnicos.

Portanto, os limites se tornam mais evidentes quando os agrupamentos necessitam de elementos fundamentais das CoPs: domínio, comunidade e prática. Grupos de interesse não desenvolvem práticas compartilhadas no dia a dia, podendo apenas partilhar um tema de interesse num dado momento, enquanto redes sociais frequentemente não têm um domínio definido ou compromisso com o aprendizado coletivo.

Além de sua distinção em relação a outros agrupamentos, as CoPs geram benefícios significativos para indivíduos e organizações, impactando o aprendizado, a inovação e a coesão social. Para os indivíduos, as CoPs promovem aprendizagem contínua e desenvolvimento profissional por meio do aprendizado situado, onde novatos aprimoram competências ao interagir com membros experientes (Lave; Wenger, 1991).

O compartilhamento de conhecimento, tanto explícito quanto tácito, facilita a resolução de problemas práticos, sendo o conhecimento tácito, difícil de formalizar, especialmente valorizado nas interações dinâmicas das CoPs (Marcolino *et al.*, 2017).

Além disso, as CoPs criam um senso de pertencimento e suporte mútuo, fortalecendo a identidade coletiva e a motivação dos membros, como destacado por Wenger (1998). Para as organizações, as CoPs são eficazes na gestão do conhecimento, convertendo saberes individuais em coletivos e estimulando a inovação, conforme apontado por Nonaka e Takeuchi (1995).

Essa troca de saberes, gera uma melhoria nas práticas e, conseqüentemente, reduz o trabalho duplicado e melhora a eficiência dos processos. As CoPs também disseminam práticas eficazes entre departamentos, rompendo barreiras organizacionais e geográficas, como observado por Wenger *et. al* (2002)

Ou seja, a partir do momento que os membros de diversos departamentos começam a interagir de forma regular, eles passam a construir relações de confiança, que facilitam as trocas de conhecimento, rompendo com as barreiras tradicionais existentes numa organização departamentalista. Ademais, o uso de tecnologias, permite que essas trocas ocorram até mesmo entre participantes geograficamente distantes, mantendo o fluxo de aprendizagem contínuo.

Com isso, percebemos que as Cops possuem benefícios que geram impactos para além das fronteiras da organização, devido à transferência de conhecimentos e o fortalecimento da cultura organizacional.

Então, funcionários que sabem o que fazem, entregam um serviço de boa qualidade, melhoram o clima organizacional, a imagem da empresa e, conseqüentemente, a torna mais competitiva. Contudo, desafios como barreiras culturais e tecnológicas, especialmente em contextos nacionais, podem limitar a implementação das CoPs.

O Quadro 2 sintetiza os benefícios e impactos das CoPs para indivíduos e organizações, destacando suas contribuições práticas e estratégicas:

Quadro 2 – Benefícios e impactos das CoPs.

Nível	Benefícios	Impactos
Indivíduos	Aprendizagem contínua e desenvolvimento profissional	Melhoria de competências e empregabilidade
	Compartilhamento de	Soluções práticas e inovação pessoal

	conhecimento e resolução de problemas	
	Senso de pertencimento e suporte mútuo	Fortalecimento da identidade e motivação
Organizações	Gestão do conhecimento e inovação	Criação de novos produtos, serviços e soluções criativas
	Melhoria de processos e eficiência	Redução de trabalho duplicado e aumento da produtividade
	Disseminação de melhores práticas	Alinhamento de objetivos e fortalecimento da cultura organizacional

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, as CoPs distinguem-se de grupos de interesse e redes sociais por sua ênfase no aprendizado situado e na construção de práticas coletivas em torno de um domínio específico, com fronteiras claras na presença desses elementos e tênues em contextos de interação regular. Seus benefícios para indivíduos, como aprendizagem contínua, compartilhamento de conhecimento e senso de pertencimento, e para organizações, como gestão do conhecimento, melhoria de processos e disseminação de práticas, reforçam sua relevância na Ciência da Informação.

3 METODOLOGIA

Este estudo emprega uma revisão bibliográfica sistemática, com buscas nas bases de dados da BRAPCI e Google School, utilizando os descritores “Comunidades de prática” e “Gestão do conhecimento”, além de buscas realizadas em catálogos de unidades de informação.

Após a recuperação das produções científicas com base nas estratégias de busca citadas anteriormente, foram selecionados os trabalhos que apresentam conceitos e características de comunidades de prática, além de considerar os critérios de relevância e atinência.

No total, foram selecionados sete artigos publicados entre 2001 e 2023, sendo dois internacionais e cinco nacionais. Quanto aos livros, foram consideradas cinco obras internacionais datadas de 1991 a 2010.

Essa forma de seleção, que privilegia a pertinência e o alinhamento conceitual com o objeto de estudo, segue a orientação de Kitchenham e Charters (2007, p. 19):

Study selection criteria are intended to identify those primary studies that provide direct evidence about the research question. In order to reduce the likelihood of bias, selection criteria should be decided during the protocol definition, although they may be refined during the search process. (Os critérios de seleção de estudos têm como objetivo identificar aqueles estudos primários que forneçam evidências diretas sobre a questão de pesquisa. Para reduzir a probabilidade de viés, os critérios de seleção devem ser definidos durante a elaboração do protocolo, embora possam ser refinados durante o processo de busca).

A revisão bibliográfica sistemática seguiu o modelo orientado por Levy e Ellis (2006), que ressalta a necessidade de uma organização metódica para identificar e analisar a literatura relevante, assegurando clareza do que foi exposto, bem como a reprodução dos dados.

Para o mapeamento dos conceitos de Comunidades de Prática, foi usado a Teoria do Conceito de Teoria de Dahlberg (1978, p. 143), a qual afirma que: “um conceito é uma unidade de conhecimento, composta por afirmações verificáveis sobre um item de referência

selecionado, representado em uma forma verbal.” Esse raciocínio conduziu a identificação e organização das características principais das CoPs, a saber domínio, comunidade e prática, extraídas dos textos selecionados por meio da análise de conteúdo.

No que diz respeito a análise de conteúdo, Laurence Bardin (2011, p. 47), aborda que é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Essa metodologia foi aplicada em um conjunto das produções científicas citadas anteriormente, que tratam da temática de Comunidades de Prática. Ao analisar as produções científicas e os conceitos relacionados às Comunidades de Prática (CoPs), emergiram algumas categorias de análise que se mostraram recorrentes e fundamentais para a compreensão do objeto de estudo. Essas categorias (contexto, sujeitos, objetivo, ação, escopo, modalidades, cunho e níveis de participação) foram construídas a partir da identificação de elementos presentes nos conceitos extraídos das obras analisadas, permitindo organizar e interpretar as diferentes formas pelas quais as CoPs são concebidas e aplicadas em distintos cenários.

A partir disso, foi elaborado um mapa conceitual, o qual representa a intenção do conceito de CoPs, conforme definido por Dahlberg (1978, p. 106): “A intenção do conceito é a soma total das suas características. É também a soma total dos respectivos conceitos genéricos e específicos, as características especificadoras”.

Segundo Moreira González *et al.*, (2004), “o mapa conceitual pode ser utilizado para auxiliar na aprendizagem, gerar e comunicar ideias, desenhar estruturas complexas, vindo, por meio da organização do conteúdo, auxiliar a compreensão da construção do conteúdo de pesquisa.”

Para a construção do mapa conceitual utilizado neste estudo, fez-se uso da ferramenta digital *CmapTools*, um *software* desenvolvido pelo *Institute for Human and Machine Cognition* (IHMC), que permite criar, editar e compartilhar mapas conceituais de forma visual e interativa. Essa ferramenta oferece recursos que facilitam a organização hierárquica de conceitos, a conexão por meio de proposições e a integração de *links* e documentos externos, promovendo uma representação clara das relações entre os elementos de um determinado domínio de conhecimento. O uso do *CmapTools* contribuiu significativamente para a sistematização das categorias de análise e a visualização das inter-relações conceituais identificadas ao longo da pesquisa.

Assim, as características das Cops foram organizadas em uma estrutura visual, exibindo de forma clara as relações hierárquicas e associativas entre os conceitos, o que facilita a compreensão dos elementos que envolvem uma Comunidade de Prática.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo na literatura identificou que as CoPs possuem diversos conceitos que contemplam suas características, sua estrutura e seus objetivos. Tais abordagens demonstram o potencial colaborativo dessas comunidades no contexto organizacional, ao promoverem a interação entre especialistas e indivíduos com menor domínio sobre determinado assunto, favorecendo a troca de informações e, conseqüentemente, a construção coletiva do conhecimento.

Para tanto, é preciso recordar que a efetividade das Comunidades de Prática depende da capacidade da organização em promover um ambiente que estimule o compartilhamento de conhecimento, de maneira que o indivíduo se sinta motivado a trocar informações, não retenha o conhecimento e gere a construção de novos saberes.

Com base nessa perspectiva, o Quadro 3 contempla os conceitos extraídos das produções científicas analisadas nesta investigação.

Quadro 3 – Conceitos Fundamentais de Comunidades de Prática na Literatura da Ciência da Informação.

Conceito de Comunidade de Prática	Autor (es)	Ano
Estruturas colaborativas que emergem como espaços privilegiados para o compartilhamento, construção e disseminação de conhecimento em contextos sociais, profissionais e acadêmicos, promovendo aprendizado situado que integra saberes explícitos e tácitos.	Lave, J.; Wenger, E.	1991
Comunidades que facilitam a criação, compartilhamento e aplicação de conhecimento por meio de interações colaborativas entre membros que compartilham interesses comuns, sendo fundamentais para a gestão do conhecimento em sistemas colaborativos.	Nonaka, I.; Takeuchi, H.	1995
Ambientes que geram benefícios como aprendizagem contínua, desenvolvimento profissional, compartilhamento de conhecimento, senso de pertencimento para indivíduos, e gestão do conhecimento, inovação e melhoria de processos para organizações.	Nonaka, I.; Takeuchi, H.	1995
Grupos de indivíduos que compartilham interesses, paixões ou objetivos comuns e que, por meio de interações regulares e colaborativas, desenvolvem práticas, saberes e identidades coletivas, caracterizadas por três elementos fundamentais: domínio (interesse compartilhado), comunidade (relações sociais) e prática (repertório de conhecimentos, habilidades e experiências construídas coletivamente).	Wenger, E.	1998
Espaços propícios para o compartilhamento significativo, onde o aprendizado ocorre por meio do engajamento mútuo e da participação ativa em atividades comuns, influenciando a percepção e ação no mundo por meio de entendimentos coletivos.	Wenger, E.	1998
Ambientes dinâmicos onde os participantes aprendem uns com os outros por meio da colaboração, troca de experiências e engajamento em atividades compartilhadas, influenciando formas de agir e compreender o entorno em contextos como doméstico, laboral e escolar.	Wenger, E.	1998
Ambientes onde o conhecimento engloba tanto o explícito (expresso por linguagem, ferramentas, documentos) quanto o tácito (relações tácitas, pistas sutis, regras não verbalizadas), sendo essencial para o sucesso das comunidades e reforçando a singularidade e complexidade das práticas profissionais.	Wenger, E.	1998
Estruturas eficazes para gerenciar saberes no dia a dia, ligando aprendizado à prática profissional, rompendo barreiras organizacionais e geográficas, e criando redes de troca de conhecimento além dos limites institucionais.	Wenger, E. (apud Fernandes <i>et al.</i>)	2002
Comunidades sustentadas por três elementos fundamentais: domínio (interesse ou tema comum), comunidade (conexões sociais baseadas em colaboração e aprendizado mútuo) e prática (saberes, habilidades	Snyder, W. M.; Wenger, E.; Sousa Briggs, X.	2003

e experiências compartilhadas que formam um repertório comum).		
Estruturas que favorecem a construção coletiva de conhecimento, emergindo da busca por uma compreensão social do processo de aprendizagem humana, com fundamentos na antropologia e na teoria social, reunindo pessoas com objetivos comuns para trocar conhecimentos.	Fernandes, M. <i>et al.</i>	2016
Comunidades formadas por indivíduos que se reúnem espontaneamente em torno de um entusiasmo comum, mantendo interações frequentes para compartilhar saberes e garantir a continuidade do grupo, definidas por realização coletiva de objetivos, participação ativa e construção de um repertório comum de conhecimentos, práticas e significados.	Fernandes, M. <i>et al.</i>	2016
Espaços dinâmicos que promovem aprendizado por meio de interações sociais e trocas de experiências, estruturadas por domínio, comunidade e prática, distinguindo-se de grupos de interesse (sem práticas coletivas rotineiras) e redes sociais (foco em conectividade sem domínio específico).	Fernandes, M. <i>et al.</i>	2016
Ambientes com diferentes formas de participação (membros totais e periféricos), onde a tensão entre esses papéis facilita ou dificulta a produção de novos significados para a prática, tornando dinâmico o processo de conhecimento prático.	Marcolino <i>et al.</i>	2017

Fonte: Elaboração própria.

As definições expostas no quadro apresentado anteriormente reforçam que as Comunidades de Prática constituem espaços dinâmicos de aprendizado colaborativo, caracterizadas pelas dimensões de domínio, comunidade e prática.

Essa estruturação é bem fundamentada na literatura como podemos observar nos estudos de Lave e Wenger (1991,1998); os quais enfatizam a aprendizagem situada e a legítima participação periférica como mecanismos centrais de desenvolvimento de competências; Fernandes *et. al* (2016), segue a linha de raciocínio dos autores renomados da área (Lave e Wenger); Marcolino *et. al* (2017), por sua vez, aborda as diferente formas de participação nas CoPs (periférica, ativa, central).

Ainda com base na análise do Quadro 3 intitulado "Conceitos Fundamentais de Comunidades de Prática na Literatura da Ciência da Informação", observou-se que os termos mais recorrentes incluem: "Comunidades de Prática", "domínio", "comunidade", "prática", "aprendizado situado", "conhecimento explícito e tácito", "participação", "benefícios" e "grupo de pessoas". Esses termos refletem a centralidade de determinadas dimensões na estruturação teórica e prática das CoPs, indicando elementos conceituais amplamente reconhecidos na literatura. A partir deste estudo, emergiram categorias fundamentais (Quadro 4) para a compreensão das Comunidades de Prática, organizadas em torno de aspectos como:

Quadro 4 – Categorias das Comunidades de Prática

Categoria	Elementos identificados
Contexto	Social, doméstico, laboral, escolar, acadêmico
Sujeitos	Pessoas, mestre, aprendiz, crianças, adolescentes
Objetivo	Construção do conhecimento, aprendizado situado
Ação	Colaboração, interação social, trocas de experiências, participação
Escopo	Curto, Longo Prazo
Modalidades	Virtuais, presenciais, híbridas, locais ou globais
Cunho	Formal, informal, intencional

Níveis de participação	Grupo central, participação ativa, participação ocasional, participação periférica, participação transnacional
------------------------	--

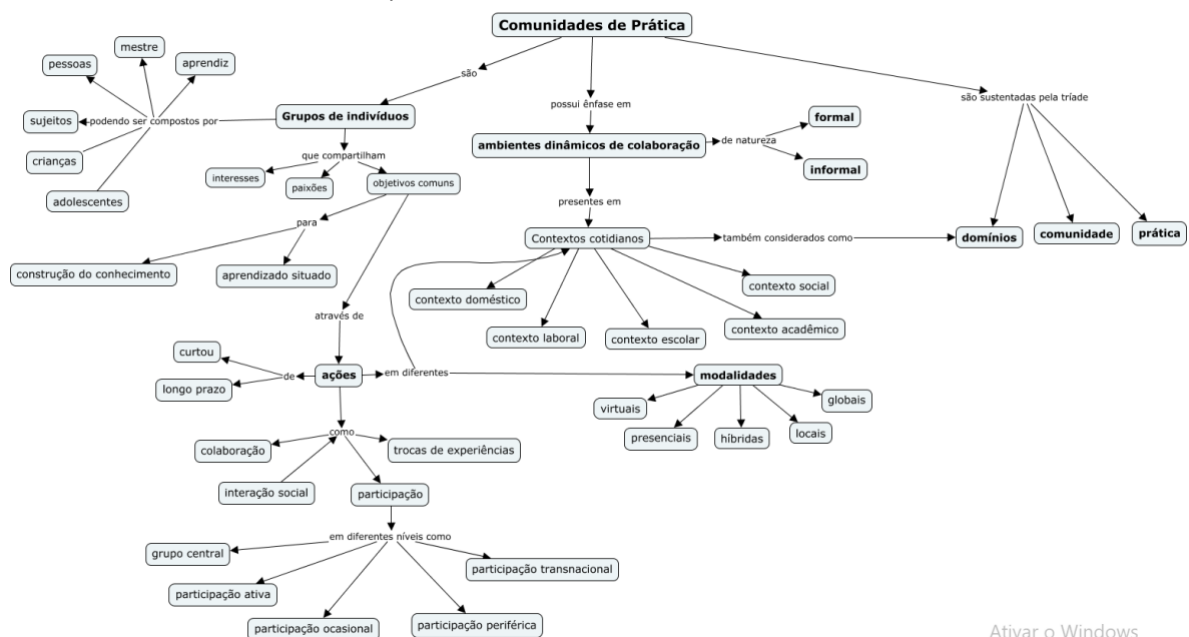
Fonte: Elaboração própria

Os autores que apresentam contribuições conceituais acerca das CoPs são: Jean Lave e Etienne Wenger (1991, 1998), Etienne Wenger (1998, 2002, 2010), Fernandes *et al.* (2016), Marcolino *et al.* (2017), Nonaka e Takeuchi (1995) e Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003). Tais autores fundamentam tanto a origem do conceito quanto a sua aplicação em contextos organizacionais e sociais, destacando a relevância das CoPs para a Ciência da Informação.

Apesar de o quadro evidenciar a flexibilidade das CoPs, as pesquisas na área revelam desafios em sua implementação, sobretudo no que se refere à gestão de diferentes níveis de participação e à manutenção da regularidade dos encontros. E isso é essencial para a construção contínua de novos saberes.

Com vistas a realizar uma modelagem conceitual acerca da temática, foi elaborado um mapa conceitual com a finalidade de sintetizar as diversas dimensões que foram abordadas no estudo sobre Comunidades de prática (Grafo 1).

Grafo 1 – Mapa Conceitual de Comunidades de Prática



Fonte: Elaboração própria.

O Mapa Conceitual apresentado, elaborado com o auxílio do *software* Cmap Tools, sintetiza de forma hierárquica e relacional os principais conceitos sobre CoPs extraídos da literatura analisada. No centro do mapa encontra-se o nó “Comunidades de Prática”, que funciona como núcleo integrador de todas as dimensões identificadas, fazendo conexões com diferentes elementos e conceitos. Esse nó central articula subnós importantes, como “Grupos de Indivíduos”, “Ambientes dinâmicos de colaboração”, “Ações” e “Modalidades”.

A centralidade do termo “Comunidades de Prática” se justifica por seu papel de unificação do mapa, servindo como ponto de partida para os demais elementos conceituais. As CoPs são caracterizadas como ambientes dinâmicos de colaboração constituídos por grupos de indivíduos compostos por sujeitos como mestres, aprendizes, crianças, adolescentes ou profissionais, os quais se reúnem espontaneamente em torno de interesses, paixões e objetivos comuns. Esse caráter essencialmente social e voluntário reforça a ideia de que as comunidades emergem de forma orgânica, independentemente de estruturas formais.

O aprendizado nas CoPs, por sua vez, ocorre por meio do aprendizado situado e da construção coletiva do conhecimento, processos que se desenvolvem em contextos cotidianos diversificados, entre eles: doméstico, laboral, escolar, social e acadêmico. Essa multiplicidade de cenários evidencia que, conforme Wenger (1998), as pessoas participam simultaneamente de várias comunidades ao longo da vida, deixando sua contribuição em cada uma delas.

As ações e interações dentro das CoPs produzem impactos em diferentes prazos. No curto prazo, destacam-se a colaboração, a interação social, a participação ativa e a troca de experiências; no longo prazo, observa-se a consolidação de competências duradouras, a formação de identidade profissional e coletiva, a inovação e a melhoria contínua das práticas.

Quanto às modalidades, no mapa conceitual é possível visualizar que as CoPs revelam alta flexibilidade, podendo ser presenciais, virtuais, híbridas, locais ou globais. Em relação à natureza, predominam o caráter informal, embora possam receber reconhecimento ou apoio formal por parte de organizações.

O elemento estrutural mais consolidado na literatura é a tríade domínio–comunidade–prática, representada no mapa como os três pilares que sustentam qualquer Comunidade de Prática: o domínio corresponde ao tema ou área de interesse compartilhado que confere identidade e propósito ao grupo; a comunidade refere-se às relações sociais, interações e aprendizado mútuo entre os participantes; e a prática abrange o repertório compartilhado de recursos, ferramentas, histórias, soluções de problemas e saberes construídos coletivamente ao longo do tempo.

Outro aspecto central é a diversidade de níveis de participação, que estimula uma dinâmica mais ativa das CoPs: participação periférica (típica de iniciantes), participação ocasional, participação ativa, grupo central (formado pelos membros mais experientes) e participação transacional (de membros que circulam entre diferentes comunidades). A tensão produtiva entre esses níveis, conforme apontam Marcolino *et al.* (2017) e Fernandes *et al.* (2016), é essencial para a renovação constante da comunidade e para a produção de novos significados práticos.

Em suma, o mapa conceitual demonstra que as Comunidades de Prática vai além de uma simples reunião de pessoas com interesses comuns, configurando-se como estruturas complexas de aprendizagem social sustentadas pela interação entre domínio, comunidade e prática, pautadas por diferentes graus de participação e presentes em múltiplos contextos da vida cotidiana. Essa representação visual reforça a centralidade da participação situada e da construção coletiva de identidade e conhecimento como traços definidores do conceito, em perfeita sintonia com a teoria basilar de Lave e Wenger (1991, 1998) e seus desenvolvimentos posteriores.

Fazendo uma análise comparativa dos dados extraídos do quadro de conceitos (páginas 14-17) e do mapa conceitual, percebemos uma relação de complementariedade fundamental para a representação do conhecimento sobre as CoPs. Enquanto o quadro organiza os conceitos de maneira linear, analítica e rastreável com colunas que indicam o conceito, sua definição, os autores que o abordam, o ano de publicação e o contexto de uso; o mapa conceitual reorganiza esses mesmos elementos em uma estrutura hierárquica e relacional que privilegia as conexões de significado, os fluxos de sentido e o surgimento de padrões que não aparecem de imediato em uma tabela.

Todos os conceitos listados no quadro possuem correspondência direta nos nós e ramificações do mapa: os “3 Pilares” (domínio, comunidade e prática), que aparecem como o elemento mais recorrente e estruturante no Quadro 3 (citados por Lave, Wenger, 1991; Wenger, 1998; Snyder *et al.*, 2003; Fernandes *et al.*, 2016), ocupam posição destacada à direita do núcleo central do mapa, funcionando como sustentação teórica de toda a construção.

A aprendizagem situada e a legítima participação periférica, conceitos fundamentais presentes em quase todas as linhas do quadro, transformam-se nos grandes eixos “aprendizado situado” e “construção do conhecimento”; os diferentes níveis de participação (periférica,

ocasional, ativa, central e transacional), detalhados especialmente por Marcolino *et al.* (2017) e Wenger (1998) no quadro, ganhando no mapa uma ramificação específica que evidencia visualmente a progressão e a tensão dinâmica entre esses modos de pertencimento.

As modalidades (presenciais, virtuais, híbridas, locais e globais) e a natureza predominantemente informal, dispersas em várias entradas do quadro, são agrupadas e hierarquizadas no mapa, destacando sua flexibilidade; e os contextos de emergência das CoPs (doméstico, laboral, escolar, social e acadêmico), exemplificados por Wenger (1998).

Assim, o Quadro 3 oferece precisão referencial e rastreabilidade bibliográfica, permitindo a verificação exata das fontes, ao passo que o mapa revela relações implícitas, hierarquias de importância e lacunas de conexão que o quadro não consegue expressar. A união do quadro de conceitos e do mapa conceitual, atendem plenamente aos princípios da Teoria do Conceito de Dahlberg (1978), combinando rigor documental com clareza relacional e configurando um sistema integrado de representação do conhecimento sobre Comunidades de Prática na literatura analisada.

Além das relações já identificadas, a comparação entre a literatura nacional e internacional revelou diferenças significativas na forma como os conceitos de Comunidades de Prática (CoPs) são concebidos, refletindo particularidades culturais, metodológicas e de aplicação.

A literatura internacional, representada por autores como Lave e Wenger (1991), Wenger (1998), Nonaka e Takeuchi (1995) e Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003), enfatiza uma base teórica mais ampla, com foco inicial na teoria do aprendizado situado e na gestão do conhecimento em organizações globais.

Essa abordagem prioriza a estruturação dos "3 Pilares" (domínio, comunidade e prática) como um modelo universal, explorando aplicações em ambientes corporativos, educacionais e industriais, como empresas japonesas (Nonaka e Takeuchi, 1995) e ambientes organizacionais diversos (Wenger, 2002).

Por outro lado, a literatura nacional, exemplificada por Fernandes *et al.* (2016) e Marcolino *et al.* (2017), adota uma perspectiva mais aplicada e contextualizada, adaptando os conceitos às realidades locais e destacando a informalidade e a espontaneidade das CoPs em ambientes brasileiros, frequentemente vinculadas a questões sociais e organizacionais específicas.

Quanto aos contextos de aplicação, a literatura nacional tende a focar em setores como educação pública, na qual as CoPs são exploradas como espaços de colaboração entre professores e pesquisadores (Fernandes *et al.*, 2016), e em saúde, com ênfase na troca de práticas entre profissionais em sistemas públicos (Marcolino *et al.*, 2017).

A literatura internacional, por sua vez, abrange uma gama mais diversificada, incluindo indústrias corporativas (Nonaka e Takeuchi, 1995), educação formal em contextos ocidentais (Wenger, 1998) e hobbies ou comunidades virtuais globais (Wenger, 1998), refletindo uma abordagem menos restrita a setores específicos e mais voltada à universalidade do modelo.

Quanto a conceitos "exclusivos", a literatura nacional aponta a noção de tensão produtiva entre membros totais e periféricos como um elemento dinâmico que influencia a construção de significados (Marcolino *et al.*, 2017), um aspecto menos explorado na literatura internacional, a qual está mais direcionada na estruturação teórica do aprendizado.

Por outro lado, a literatura internacional introduz o conceito de economia de significados, associado aos membros experientes (Wenger, 1998), que não aparece de forma explícita nos estudos nacionais, possivelmente devido à ênfase local em dinâmicas práticas em vez de abstrações teóricas. Esses conceitos exclusivos sugerem que a literatura nacional prioriza a adaptação contextual, enquanto a internacional busca generalizações teóricas, enriquecendo o diálogo entre os corpos de literatura.

No que tange a análise temporal, baseada nos anos de publicação dos textos (1991 a 2017), revelou tendências claras na evolução dos conceitos de CoPs. Nos anos 1990, com Lave e

Wenger (1991) e Wenger (1998), a prioridade inicial esteve na teoria do aprendizado situado, definindo as CoPs como espaços de construção coletiva de conhecimento e identidade.

Na década de 2000, Snyder *et al.* (2003) e Wenger (2002) expandiram essa visão, incorporando a gestão do conhecimento e os benefícios organizacionais, refletindo uma aplicação mais prática. Já a partir de 2016, com Fernandes *et al.* (2016) e Marcolino *et al.* (2017), observa-se uma tendência na literatura nacional de contextualizar as CoPs em realidades locais, introduzindo a diversidade de participação e os desafios de implementação, como barreiras culturais e tecnológicas.

Essa evolução indica uma transição de uma abordagem teórica inicial para uma aplicação mais contextualizada e adaptada, sugerindo que as CoPs ganham relevância crescente como ferramentas colaborativas em contextos específicos.

Com isso, percebe-se que as diferenças entre as literaturas nacional e internacional destacam uma cooperação: a internacional oferece uma base teórica robusta, enquanto a nacional adapta e aplica esses conceitos a ambientes locais, como educação e saúde pública.

Os conceitos exclusivos e a evolução temporal reforçam a necessidade de integrar essas perspectivas para uma compreensão mais abrangente das CoPs, especialmente em sistemas colaborativos de organização do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mapear os conceitos de Comunidades de Prática (CoPs) na literatura nacional e internacional da Ciência da Informação e áreas correlatas, utilizando uma revisão bibliográfica sistemática e a elaboração de um mapa conceitual como ferramenta de síntese, alinhada aos princípios de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

A pesquisa buscou compreender como as CoPs são conceituadas, destacando suas definições, características, aplicações e desafios, com foco na organização colaborativa do conhecimento.

Os principais elementos identificados revelaram que as CoPs são espaços dinâmicos de aprendizado colaborativo, estruturados pelos "3 Pilares" (domínio, comunidade e prática), e promovem benefícios como aprendizado contínuo, gestão do conhecimento e inovação, tanto para indivíduos quanto para organizações.

A análise comparativa identificou diferenças significativas entre as literaturas: a internacional é direcionada para uma base teórica ampla com aplicações globais, enquanto a nacional adapta os conceitos a contextos locais, como educação pública e saúde.

Conceitos exclusivos, como a tensão produtiva entre membros (nacional) e a economia de significados (internacional), enriqueceram o diálogo entre os estudos existentes, quanto à evolução ao longo do tempo, percebe-se uma transição das formulações teóricas iniciais para práticas mais ajustadas aos contextos específicos.

Entre as convergências mais notáveis, destaca-se a aceitação universal dos "3 Pilares" (domínio, comunidade e prática) como estrutura definidora das CoPs, indicando um consenso teórico. Além disso, o aprendizado situado e o compartilhamento de conhecimentos explícitos e tácitos são conceitos amplamente aplicados, refletindo uma base comum que transcende contextos culturais e disciplinares. Essas convergências reforçam a relevância das CoPs como ferramentas de organização do conhecimento em sistemas colaborativos.

A pesquisa contribui teoricamente ao sistematizar definições e relações conceituais, oferecendo uma base para futuras investigações. Metodologicamente, a utilização do mapa conceitual, baseado na teoria de Dahlberg (1978) e construído no software CmapTools, provou ser eficaz para visualizar interconexões, servindo como modelo replicável.

Os dados obtidos fornecem *insights* para implementar CoPs em contextos nacionais, destacando a necessidade de superar barreiras culturais e tecnológicas. Contudo, como estudos

futuros será realizada uma amostra mais ampliada, a partir da recuperação de produções científicas em diferentes bases de dados nacionais e internacionais.

Para o futuro, sugere-se ainda aprofundar conceitos dos elementos destacados no mapa conceitual, entre eles: trajetórias de participação (periférica, ativa, central e transacional), as modalidades híbridas e virtuais e os impactos de curto e longo prazo, por meio de estudos de caso em contextos nacionais (escolas, hospitais, redes profissionais), bem como a realização de pesquisas qualitativas que investiguem as tensões produtivas entre membros e a utilização de tecnologias emergentes para potencializar a colaboração. Essas investigações poderão ampliar a compreensão e a aplicação prática das Comunidades de Prática, consolidando-as como dispositivos privilegiados de aprendizagem colaborativa e organização do conhecimento em sistemas sociais e organizacionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimpr. da 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

FERNANDES, Flávia Roberta; CARDOSO, Tiago Alves; CAPAVERDE, Lisiane Zynger; SILVA, Helena de Fátima Nunes. Comunidades de prática: uma revisão bibliográfica sistemática sobre casos de aplicação organizacional. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 44–52, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v5i1.46691>. Acesso em: 15 abr. 2025.

HJØRLAND, B. O que é organização do conhecimento (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO. Acesso em: 9 jun. 2025.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele: Keele University, 2007. (EBSE Technical Report, EBSE-2007-01). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302924724_Guidelines_for_performing_Systematic_Literature_Reviews_in_Software_Engineering. Acesso em: 6 out. 2025.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. (2006). A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science Journal**, v. 9, p.181–212. Disponível em: <http://www.scs.ryerson.ca/aferworn/courses/CP8101/CLASSES/ConductingLiteratureReview.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARCOLINO, T. Q.; LOURENÇO, G. F.; REALI, A. M. M. R. “Isso eu levo pra vida!”: aprendizagem da prática profissional em uma Comunidade de Prática. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, p. 411-420, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0690>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MOREIRA, M. A.; GONZÁLEZ, J. C.; *et al.* **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. 2004. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasport.pdf>. Acesso em: 09 jun 2025.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **A empresa criadora de conhecimento**: como as empresas japonesas criam a dinâmica da inovação. Nova York: Oxford University Press, 1995.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de Ciência Política**. 2. ed. Cascais: Principia, 2010.

SNYDER, W. M.; WENGER, E.; SOUSA BRIGGS, X. Comunidades de prática: a fronteira organizacional. **Harvard Business Review**, v. 81, n. 12, p. 139-145, 2003.

TERRA, J. C. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2005.

WENGER, E. **Comunidades de prática**: aprendizagem, significado e identidade. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard; SNYDER, William M. **Cultivating communities of practice**: a guide to managing knowledge. Boston: Harvard Business School Press, 2002.

WENGER, E. **Communities of practice and social learning systems**: a primer. London: Routledge, 2010.